
GOLPE DE LEME
HUGO CHÁVEZ
EDITORA CONTRAPODER

GOLPE DE LEME
Hugo Chávez

Título original: *Golpe de Timón*
Autor: Hugo Rafael Chávez Frías.
Coleção Documentos

Tradução para o português: Óscar Valadares / Xavier V. Freire
Edição: Óscar Valadares - Editora Contrapoder

Primeira edição: fevereiro de 2014

Editora Contrapoder
www.contrapoder.info

Mar de Lumes - Comité Galego de Solidariedade Internacionalista
www.mardelumes.org

Desenho e maquetação: Editora Contrapoder

Editado na Galiza

Esta obra foi formatada, revisada e traduzida para o Português da Galiza pola Editora Contrapoder. Ela não possui direitos autorais. Pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada a sua distribuição, preservando o seu conteúdo e o nome do autor.

PRELIMINAR DA EDIÇÃO GALEGA

Com motivo do primeiro aniversário da morte do Presidente Comandante Hugo Rafael Chávez Frías, Contrapoder.info e Mar de Lumes, Comité Galego de Solidariedade Internacionalista editam o texto conhecido como «Golpe de Leme», que corresponde com as intervenções de Chávez no primeiro Conselho dos Ministros após a vitória eleitoral bolivariana de 7 de outubro de 2012.

O presente texto é uma versão para o Português da Galiza da transcrição em Espanhol publicada pola Imprenta Nacional da República Bolivariana da Venezuela e difundida por Aporrea.org e Correo del Orinoco, com apoio do Governo Bolivariano da Venezuela. Inclui, ainda, a apresentação da referida edição.

Orgulhamo-nos em apresentar a primeira tradução para o Português de um texto fundamental para o debate sobre os últimos anos do processo bolivariano e sobre os desafios que terá de enfrentar a integração continental, a defesa da soberania da Venezuela e de cada um dos povos que conformam a América do Sul.





APRESENTAÇÃO (DA EDIÇÃO VENEZUELANA)

Em 7 de outubro de 2012, após ser conhecida a vitória do candidato da pátria com 56% do voto, o presidente Hugo Chávez Frías anunciou desde o balcão do povo que um novo ciclo começava no mesmo 8 de outubro.

Poucos dias depois, em 20 de outubro, foi celebrado o primeiro Conselho dos Ministros desse novo ciclo, no qual o comandante fez um chamado à crítica e à autocrítica, a multiplicar a eficiência, a fortalecer o poder comunal e a desenvolver o Sistema Nacional de Meios Públicos, entre outros temas da construção do socialismo.

Este documento sintetiza as suas palavras, como instrumento para o debate em que todos devemos participar.

Palácio de Miraflores,
Caracas, 20 de outubro de 2012

O NOVO CICLO DA TRANSIÇÃO

Estamos a conversar sobre todo o tema económico, revisando papeis, documentos, planos, projetos, o encerramento do velho ciclo e a abertura do novo ciclo após a vitória bolivariana de 7 de outubro passado, que abriu o horizonte político e, aliás, após a vitória popular, a vitória bolivariana, que garante a estabilidade do país.

Estava a ler por aí que os bonos venezuelanos se dispararam. O mundo sabe que PDVSA[1] aparece agora como a segunda empresa dentro das quinhentas maiores da América Latina, uma das grandes do mundo, sólida, e a Venezuela continua a ocupar o lugar que lhe corresponde. E isto apenas é possível e continuará a ser possível por este rumo, por estes horizontes, por estes vieiros, por estes caminhos da construção do socialismo.

Tenho aqui o livro de István Mészáros[2], o capítulo XIX, que se intitula «O sistema comunal e a lei do valor». Há uma frase que há tempo sublinhei, e vou lê-la para vocês, senhores ministros, ministras, vice-presidente, falando da economia, do desenvolvimento económico, falando do impulso social da revolução: «O padrão de medição — diz Mészáros — dos logros socialistas é até que grau as medidas e as políticas adoptadas contribuem ativamente para a constituição e consolidação bem enraizada de um modo substancialmente democrático, de controlo social e autogestão geral».

Então, estamos a falar do tema da democracia, do socialismo e da sua essência absolutamente democrática, enquanto o capitalismo tem na sua essência o antidemocrático, o excludente, a imposição do capital e das eli-

1 Petróleos de Venezuela, S.A. - é a empresa estatal pública de exploração e exportação de petróleos da Venezuela. N. dos T.

2 István Mészáros, 2001: *Más allá del capital*, Caracas, Hermanos Vadell. N. do E.

tes capitalistas. O socialismo não. O socialismo liberta. O socialismo é democracia e a democracia é socialismo no político, no social e no económico.

Também o diz Giordani, no seu livro *A transição venezuelana para o socialismo*[3], do nosso amado ministro e amigo e mestre Jorge Giordani. Quando fala Jorge aí de uns fatores que são determinantes na transição: um deles é a transformação da base económica do país para a tornar essencial e substancialmente democrática, porque a base económica de um país capitalista não é democrática. É antidemocrática. É excludente. E, daí, a geração de grandes riquezas para uma minoria, para uma elite, a grande burguesia, os grandes monopólios. E, daí também, a geração da pobreza e da miséria para as grandes maiorias. O problema é económico: não se pode desligar o social do económico. Sempre ponho o exemplo da água: H_2O, hidrogénio e oxigénio, o económico e o social.

Eis o livro: A transição venezuelana para o socialismo, condições que orientam o trânsito, isto é, a transição. «Quando se trata da revolução ou transformação produtiva — diz Giordani — no que diz respeito da transformação produtiva ligada ao modelo de acumulação, ela estaria definida por cinco aspetos: 1) a modificação da base produtiva do país, procurando uma maior democratização do poder económico; 2) a mudança no papel do Estado, para fazer com que o processo acumulativo seja orientado à satisfação das necessidades básicas da maioria da população e à defesa da soberania; 3) a incorporação de mecanismos de autogestão produtiva no plano coletivo; 4) a utilização da planificação democrática como mecanismo regulador das relações produtivas; e 5) a disposição autónoma do país, frente à internacionalização do sistema capitalista.

São elementos que ajudam a orientar o trânsito e disso é que estamos a falar hoje, sobre a economia e sobre o modo como agora, com o novo ciclo que se abre, devemos ser mais eficientes no trânsito, na construção do novo modelo político, económico, social e cultural: a revolução.

Este esforço que temos feito e estamos a fazer, que é grande e que deve ainda ser muito maior, é isso que diz o Jorge: modificar a base produtiva do país, de forma a nos assegurarmos uma democracia económica. Por

3 Jorge Giordani, 2001: *La transición venezolana al socialismo*, Caracas, Hermanos Vadell. N. do E.

exemplo, aqui, na Base Miranda, em La Carlota, tem vindo a nascer um pólo de desenvolvimento científico-tecnológico, e essa é uma das linhas estratégicas do tema que estamos a falar: a ciência e a tecnologia, a independência, todo está relacionado. Lembremos os cinco grandes objetivos históricos do Programa da Pátria que agora vamos começar a aplicar.

Trata-se dos passos que estivemos a dar, por isso falamos em trânsito, transição, etapa. Nada disto existia na Venezuela, e nada disto existiria na Venezuela de governar, de se impor o capitalismo, que nos iria converter, novamente, na colónia que éramos. Por isso a revolução política é prévia à económica. Sempre tem de ser assim. Primeiro revolução política, libertação política, e depois a revolução económica. É preciso mantermos a libertação política, e, portanto, a batalha política, a batalha cultural, a batalha social têm de ser permanentes.

A DEMOCRACIA SOCIALISTA DO SÉCULO XXI

Estamos a tratar pontos chave deste projeto. Se não os entendermos bem e não os assumirmos bem, poderemos estar a fazer cousas boas, mas não exatamente o necessário para irmos deixando para trás de maneira progressiva e firme o modo de exploração capitalista, e irmos criando um novo modelo: o socialismo venezuelano, bolivariano, do século XXI. O novo ciclo da transição, a construção do socialismo, do nosso modelo.

Devemos é territorializar os modelos. Imagino, por exemplo, um setor de Sarría, a rua Real de Sarría, o edifício e a padaria, o PDVAL[4] e a Farmapatria[5] são elementos novos, como se fossem enxertos. Agora, companheiros, companheiras, camaradas, se esses elementos não fizessem parte de um plano sistemático, de criação do novo, como uma rede em que isto

4 Produtora y Distribuidora Venezolana de Alimentos, é uma empresa pública criada polo governo bolivariano da Venezuela e por PDVSA para a distribuição de produtos de alimentação com preços regulados polo governo. N. dos T.

5 Farmapatria é uma rede de farmácias populares criada polo governo bolivariano. N. dos T.





seria A e aquilo seria B, isto seria C, D, E, etc., uma rede que fosse como uma gigantesca aranheira a cobrir o território com o novo; se não fosse assim, então estaria condenado ao fracasso. Seria absorvido polo sistema velho, engolido por uma gigantesca ameba, polo monstro do capitalismo.

Isto não o digo para nos sentirmos amolecidos, acovardados; bem ao contrário, é para termos mais forças perante a complexidade do desafio. Lembremos a União Soviética, que se foi com o vento. Na União Soviética nunca houve democracia, não houve socialismo, e isso derivou sem que os líderes o notassem — ou, se o notaram, não foram capazes de outra cousa — e com o império aquele a bater, a culpa não foi apenas da União Soviética: a culpa também foi de todas as agressões externas, das sabotagens económicas, das guerras biológicas, bacteriológicas, dos bombardeamentos e das explosões na indústria petroleira soviética, e ainda também das contradições, das divisões, da cultura.

Por isso o socialismo do século XXI que aqui tem ressurgido como se viesse de entre os mortos é algo novidoso. Tem de ser certamente novo, e uma das cousas essencialmente novas no nosso modelo é o seu caráter democrático, uma nova hegemonia democrática, que nos obriga a nós a não impormos, mas a convencermos. Daí o que estivemos a falar do tema mediático, do tema comunicacional, do tema dos argumentos, do tema de que estas cousas sejam claras, de que o que estamos a falar hoje, por exemplo, seja percebido polo país inteiro, e de como o conseguirmos, de como o fazermos: a mudança cultural. Todo isto tem de ir calhando no plano cultural, que é vital para o processo revolucionário, para a construção da nova democracia socialista do século XXI na Venezuela.

AUTOCRÍTICA PARA RECTIFICAR

Agora, a autocrítica. Em várias ocasiões tenho insistido nisto. Eu leio e leio, e isto e aquilo está bem bonito e bem feito, não tenho dúvida. Mas onde é que está a comuna? É que a comuna é um assunto apenas do Ministério das Comunas? Tenho pensado nisto várias vezes: vou ter que eliminar o Ministério das Comunas. Por que? Porque muitas pessoas acreditam que esse ministério é o único responsável polas comunas.

Eis um gravíssimo erro que estamos a cometer. Não continuemos. Revisemos. Assinei um decreto criando algo assim como o ente superior das comunas. Onde é que está? Não tem funcionado. Nicolás[6], encomendo-te isto como te encomendaria a minha vida: as comunas, o estado social de direito e de justiça. Há uma Lei das Comunas, de economia comunal. Então, como poderíamos nós estar a fazer outra cousa? Perguntei o mesmo em Ciudad Caríbia: onde é que está a comuna — não a comuna: as comunas? Onde é que vamos criar as comunas, as novas? Lá em Ciudad Belén continuamos a entregar vivendas, mas as comunas não aparecem por nenhuma parte, nem o espírito da comuna, que é muito mais importante neste momento que a própria comuna: a cultura comunal. Explico-me? Ou será que hei de continuar a clamar no deserto com cousas como esta? Todos aqui temos a ver com isto, todos, inclusive eu próprio, a Presidência da República. Aqui à volta de Miraflores já deveria existir uma comuna. Todos e todas temos a ver com isto; é parte da alma deste projeto.

A autocrítica é para retificarmos, não para continuarmos a fazê-la no vazio, ou para continuarmos a deitá-la ao vazio. É para agirmos já, senhores ministros, senhoras ministras! As comunas! Ordenem que lhes entreguem a Lei das Comunas, e leiam-na, estudem-na. Muitas pessoas, tenho a certeza — não falo de vocês, mas de além — nem a têm lido, porque acreditamos que não tem nada a ver connosco. Muita gente não leu a Lei da Economia Comunal, porque acreditamos que o nosso é outra cousa, que isso não é connosco.

Se alguém pergunta: quais são as que chamam comunas em construção? Tenho a certeza de que na maioria desses grandes ou medianos ou pequenos projetos que estamos a adiantar, das vivendas, das cidades novas, dos pólos científicos ou dos pólos de desenvolvimento agrícola, como lá na planície de Maracaibo, lá no município de Mara, ou lá polo estado de Sucre, onde está a grande usina processadora de sardinha que há pouco inauguramos, até às empresas de vidro que expropriamos, a Faja del Orinoco, não existem as comunas. Onde é que as vamos procurar? Na Lua? Ou em Júpiter?

Permitam-me ser o mais duro que possa, que deva ser, nesta nova au-

6 Nicolás Maduro, que na altura acabava de ser nomeado vice-presidente da República, hoje presidente eleito da República. N. dos T.

tocrítica sobre este tema, companheiros e companheiras. Rafael Ramírez, por exemplo, já deveria ter lá na Faja del Orinoco por volta de vinte comunas, conjuntamente com PDVSA — mas PDVSA acha que isso não tem a ver com eles. O problema é cultural, companheiros. E digo PDVSA com todo o reconhecimento para essa grande indústria.

As comunas! Uma vez até mandei fazer nem sei quantas cópias. Carmen Meléndez, quero fazer outra vez trinta cópias. Vou dar uma para cada ministro e para cada ministra de um livrinho vermelho dos tempos de Mao Tse Tung sobre as comunas. Porque acho que ninguém o leu, porque não recebi nem sequer uma folhinha com um comentário sobre o livro.

A autocrítica: independência ou nada, comuna ou nada. Ou então o que é que estamos a fazer aqui? Aí tem de estar a Misión Cultura, concentração de fogo, como na artilharia. As micromissões: o espírito das micromissões é a concentração do fogo. Digam-me quantos ministros — vocês, queridos companheiros — foram dormir num bairro durante três dias. Digam-me quem. Eu não posso dar exemplo: quanto quereria fazê-lo, mas não posso. Peço desculpas, mas não posso. Mas vocês sim podem ir lá, para o Caño Cuibarro a verem como é que está o projeto dos índios cuíba e ficarem lá três dias, ou mergulharem-se em Sarría. Um ministro, um vice-ministro deve estar lá, transitar, viver lá uns dias ou ir casa por casa — que isto não seja apenas durante as campanhas eleitorais — cantinho por cantinho. Não viram o bombardeio de papeis que chovem no camião em que eu me desloco? Agora já os lançam com pedras para que cheguem, ou com uma seta. Uma vez havia uma seta com um papel cravado: «Chávez, ajuda-me».

A comuna, o poder popular: não é de Miraflores nem da sé deste ou daquele ministério que vamos solucionar os problemas. Não pensemos que por irmos inaugurar a fábrica de Cemento Cerro Azul ou a fábrica de fábricas em Guanare, ou a fábrica de computadoras, ou a fábrica de satélites, ou a fábrica esta ou aquela já estamos prontos. Não! Nem porque nacionalicemos cimentos…

Cuidado! Se não notarmos isto, estamos liquidados. E não só estaríamos liquidados. Nós é que seríamos os liquidadores deste projeto. Temos uma grande responsabilidade perante a história as pessoas que aqui esta-

mos. Olhem-se para as caras, para os olhos, cada vez que forem na casa de banho ou lá onde houver um espelho. Eu o primeiro!

O SOCIALISMO NÃO SE DECRETA

As fábricas construídas com fins capitalistas levam as marcas indeléveis do seu «sistema operativo»: a divisão social hierárquica do trabalho em conjunção com a qual foram construídas. Um sistema produtivo que quer ativar a participação plena dos produtores associados, dos trabalhadores, exige uma multiplicidade de processadores «paralelos», coordenados de maneira adequada, e também um correspondente «sistema operativo» que seja radicalmente diferente da alternativa operada de maneira central, quer a da economia dirigida capitalista, quer a das suas conhecidas variedades pós-capitalistas, apresentadas enganosamente como «planificação».

Quantas horas é que dedicamos nós ao estudo, cada dia, à leitura, à reflexão? É necessário dedicarmos — diria eu — várias horas por dia, acima de todos os nossos compromissos, porque estamos a falar dos elementos vitais deste projeto.

Às vezes pensamos que todo deve ser controlado de Caracas. Não! Trata-se de criar, como diz Mészáros, um conjunto de sistemas paralelos coordenados. Daí a regionalização, os distritos motores. Mas não temos criado nem um só ainda. Temos a lei e decretamos um, mas apenas o decretamos e já. E, dentro dos distritos, as comunas.

Às vezes podemos cair na ilusão de que é só denominar. Eu sou inimigo de lhe chamar a tudo «socialista»: estádio socialista, avenida socialista… Mas o quê é isso de avenida socialista? Isso já é suspeitoso! Lá alguém queria chamar a uma avenida de «socialista»: padaria socialista, Miraflores socialista. Isso é suspeitoso, porque é possível alguém pensar que com isso já está: «já cumpri, já lhe chamei socialista, pronto; mudei-lhe o nome e já está pronto».

Isso é como a anedota da capivara[7] e dos índios: chegou um padre espa-

7 Mamífero roedor próprio da América do Sul. N. dos T.

nhol — há muitos anos — na semana santa, percorrendo campos índios nas planícies, e ao chegar a uma aldeia indígena vê os índios a dançarem — eles têm as suas formas de festejar, os seus deuses, os seus códigos, a sua gastronomia. Então o padre diz: «não podemos comer porco em semana santa. Na quinta santa têm de comer peixe ou capivara. Havia lá um porco gordo que intuiu o que estava a acontecer. E perguntou-lhes: «entenderam?». «Entendemos». Depois, antes de ir embora, o padre leva os indígenas para o rio e pergunta-lhes: «Qual é o seu nome?» Uma índia diz o seu nome: Caribay. «Não, não, como assim Caribay?! Você vai se chamar Juana. Nomes cristãos, isso é o que há que pôr à gente». O mesmo com outro índio. «Qual é o seu nome?». «Guaicaipuro». «Nem Guaicaipuro nem nada! Você vai-se chamar Nicolás». Foi embora e regressou na quinta santa e viu que os indígenas estavam novamente a dançarem e a assarem o porco. «Como é possível que vão comer esse porco? Disse-lhes que não podiam comer porco!». Então, o cacique respondeu: «solucionamos o problema: pegamos o porco e chamamo-lo capivara». E comeram o porco.

É assim que nós estamos com o socialismo: «tu és socialismo, ouviste?», mas, no fim das contas, continuas a ser porco. Faço estes comentários como produto de reflexões, alguns estudos e comparando com a realidade.

ENXERTAR A PROPRIEDADE SOCIAL, O ESPÍRITO SOCIALISTA

Vejam esta vista. Eis a usina Mene Grande. Aqui cabe outra usina. Haverá que ver, por exemplo, o que produz esta terra aqui à beira com o Satélite Miranda: isto parece ocioso, monte e serpe. Cada usina que instalemos deveria ter no mesmo dia da inauguração produção própria — de goiaba, por exemplo, neste caso. Entenderam? A usina já deveria ter terrenos hoje improdutivos que, com certeza, são terrenos nacionais: mil hectares de propriedade social a conviverem com a pequena propriedade.

É preciso nos associarmos com os pequenos produtores, mas devemos enxertar a propriedade social, o espírito socialista, ao longo de toda a cadeia, do trabalho da terra até ao sistema de distribuição e consumo dos produtos que saem daí.

Fizemos todo isso por causa da transição, mas não devemos esquecer,

companheiros e companheiras, a parte medular deste projeto: não devemos continuar inaugurando fábricas que sejam como uma ilha, rodeadas polo mar do capitalismo, porque serão engolidas por esse mar.

O mesmo acontece com a habitação. Onde estão as zonas produtivas de Ciudad Caríbia? Já temos entregado bastantes casas aí, mas a zona industrial não está. E lembro ter falado disso há anos, quando começamos aí e fomos e caminhamos por aquele lugar: lá está El Junquito, lá está o mar, meu Deus, aqui o frio da noite é ótimo para o turismo, para fazermos umas pousadas, que já deveriam estar feitas.

Dizia Simón Bolívar: «não nos vai chegar o que queremos para prodígios divinos». Já deveria haver aí um sistema de pousadas e restaurantes com vista para o mar. Há lá uma montanha mágica que eu chamo a muralha: é o Camino de los Indios. Como é que disse Cipriano Castro?: «a pegada insolente do estrangeiro, a pegada insolente do espanhol invasor, jamais pôde passar por esse vieiro!», por esse caminho.

Acho que até toparam restos humanos aí, ou restos de artesanato indígena, por isso o chamam Camino de los Indios — e o outro, Camino de los Españoles. Mas este aqui era o caminho de Guaicaipuro. Por aí não passava espanhol nenhum, ou, melhor, por respeito à Espanha de hoje, devemos dizer: imperialista nenhum. Por aí não passava imperialista nenhum.

Nos caminhos de Guaicaipuro, o caminho do céu, há sete escalões que se veem bem claros do ar. Então, lembro que falamos como de boa seria essa zona para semearmos cítricos, porque aí é que se dão os cítricos, as flores e até um terraço para a zona industrial. Onde está a zona industrial? Viram o terraço? Não há. Isso em Ciudad Caríbia. Serei feliz o dia que o veja.

Foi a partir do primeiro dia que começamos lá a entregar casas que deveu começar tudo. Inclusive, uma vez eu próprio disse: por que é que temos que esperar a estarem prontas as casas, que é um processo mais longo? Estamos a fazer o distribuidor, a vialidade, que é um esforço ciclópeo aí em Ciudad Caríbia. Mas, então, por que esperarmos a terminar isso tudo antes de plantarmos as arvorezinhas, os viveiros para os cítricos, para as flores, agricultura urbana, tubérculos?

Lá perto também está Carayaca. Uma vez caminhamos e chegamos a


PLAN SUCRE - LAS MINAS - EL VALLE
PROYECTO LAS MINAS TERRAZA CHAT



Carayaca, e daí à Escola Naval, por trás, pola parte do quintal. Não tem nem um hectare, não é? Lembro uma ocasião em que estava com pressa e passei por aí, pola autoestrada Caracas-La Guaira. Tinha entradas e caminhos aos dous lados. Vão por lá para verem. Eu fui e vi semente de tomate, e também um homem utilizando uma motobomba, e perguntei-lhe: «de onde é que você tira a água?» «Lá do fundo da quebrada, à mão direita entrando, de uma entradinha dessas». Vi campos semeados de mangas, mangas grandes, e cria de frangos num pedaço de terra, e pimentos, etc. E perguntei ao homem: «e quem é o proprietário disso tudo?». «É fulano». «E quanto te paga?». «Bom, às vezes paga, às vezes não». Viram? Explorado! São pequenas fazendas.

Há pouco que inauguramos a estrada Mamera - El Junquito. Digam-me se viram lá a primeira fazenda coletiva. Lembro que fui pola zona há por volta de três anos e o primeiro pensamento que tive foi: que potencial tão grande! Que território tão lindo. Que outeiros! Que clima tão maravilhoso! Terminamos a estrada e não há nem uma só unidade produtiva criada por nós.

Consideramos que a estrada é o objetivo. Será que o caminho de ferro é o objetivo? Será que a estrada é o objetivo? Ou mudarmos toda a relação geográfica, humana, socioterritorial e cultural das suas imediações ao longo de um eixo? Isto é, verdadeiramente, o objetivo. Mas, às vezes, não queremos entender. Às vezes não. Quase nunca entendemos.

O OBJETIVO É O POVO

Lembras, Jacqueline[8]? Há assim como cem anos, tu eras presidenta de Hidrocapital e eu, vendo a televisão, vi que estavas na Cota 905, lançando uma tubagem de águas. Liguei-te — quase nem te conhecia — e disse-te: doutora engenheira Jacqueline: qual é o projeto de acompanhamento do eixo do tubo? Ou é só o tubo? E essas fazendas que estão aí, ninguém as vê? O objetivo é o tubo? O objetivo é o oleoduto? Ou é um instrumento? O objetivo é a estrada?, insisto.

Numa ocasião vínhamos com Carrizales — lembro que ele era ministro do Transporte e das Infraestruturas — de Elorza rumo a Mantecal

8 Jacqueline Farías, chefa do governo do Distrito Capital. N. dos T.

nuns helicópteros, e vi que estavam a trabalhar lá embaixo nas estradas. Disse-lhe: vamos aterrar aí, entre Mantecal e Elorza. Perguntei aos trabalhadores: «onde é que moram vocês?» Responderam que moravam em Mantecal e em Elorza. Quantos tinham casa própria? Quase nenhum. Que tipo de morada tinham? Uma fazenda. Vou fazer outro esquema: aqui está Elorza, aqui Mantecal e aqui a estrada. Quilómetros, milheiros de hectares são cruzados por esta estrada, e resulta que os próprios trabalhadores que constroem a estrada nem têm morada.

Perguntei aos engenheiros quantas casas cabiam dentro de um hectare. Imaginai dez hectares, 800 habitações simples, que não são edifícios nem nada que se lhe pareça. Então, aproveitando o impulsionamento — como se diz — aproveitando a maquinaria que vai pola estrada, os milhões de bolívares, os técnicos, os engenheiros, os mesmos trabalhadores que nem têm morada teriam feito aqui uma urbanização para os operários que trabalharam na estrada.

Não é o mesmo que terminar a estrada e deixar os trabalhadores à espera de que se estrague para trabalharem novamente sobre ela. Assim é que se lhes vai a vida: rodeados de terra por toda a parte, terminam a vida sem morada e deixando os filhos sem ela. E não só a habitação. Eu faria com esta população de dez hectares e com cem hectares mais gadaria e agricultura. Vocês sabem, do ponto de vista do capitalismo, a quem beneficia mais a estrada? Pois ao latifundiário, que agora vai poder tirar mais gado de cada vez e baixar os custos.

O pobre talvez se beneficie porque, se tiver bicicleta, um ferro-velho, poderá andar de bicicleta pola estrada para ir a outra vila, ou caminhar pola estrada. Esse é o benefício que traz para o pobre, para o explorado. Em troca, quem tiver uma fazenda, uma propriedade e uns camiões, resulta beneficiado um milhão de vezes mais do que o pobre. Então, com a estrada, do ponto de vista tradicional, o que estamos a fazer é alargarmos a fenda, e não sabemos muitas vezes qual deve ser, pois, a fórmula.

O que estou a fazer é dar uma ordem com estas reflexões, para vocês arrumarem as cousas com quem trabalha e para trabalharem a sério em equipa, e para se comunicarem e lhe darmos o máximo valor adicional a tudo, por mais pequeno que for aquele projeto lá, numa aldeia de Mérida. Se isto for um criadouro de trutas, devemos pensar o quê há além. Por


Planta Procesadora
de Frutas Mene Grande
Vista Aérea Planta
MENE GRANDE
Capital



mais pequeno que for, é preciso darmos-lhe esse caráter.

Penso que nestes anos temos acumulado experiência, e temos criado entes que antes nem existiam. Penso que temos acumulado recursos e injetado recursos, e continuaremos o trabalho. Penso que temos uns novos códigos; uma nova arquitetura legal, jurídica, a começar pola Constituição. Temos leis de conselhos comunais, leis de comunas, economia comunal, as leis dos distritos motores de desenvolvimento; mas não fizemos caso dessas leis nem nós, que somos os primeiros responsáveis polo seu cumprimento. Espero ver respostas a estas reflexões e a esta autocrítica pública que estou a fazer.

MAIOR EFICIÊNCIA PARA MELHORES RESULTADOS

A você, querido amigo, ministro, ministra, que não quiser trabalhar acompanhada, ou que gostar de trabalhar a sós, para fazer o que manda a lei, digo: nisso não tenho contemplação. Não devo tê-la absolutamente com ninguém, porque às vezes também há ciúmes. Há ministros ciumentos, ou vice-ministros. Vocês devem informar-me, não ficar calados. Se alguém de vocês visse que nalgum ente, nalgum ministério, se estão a criar esses coutos encerrados, digam-mo. Eu tenho o poder da Constituição, que nenhum de vocês tem. Mando-lhes um míssil. Vocês não podem fazê-lo, mas eu posso. E faço-o com gosto, acreditem.

Triste seria que ficássemos calados para não me chamarem de atira-pedras. Quem está aqui não é uma criança de segundo grau da escola primária. Este é o governo revolucionário da Venezuela, ratificado polo povo há duas semanas, mas também muito criticado polo povo — e com razões. Eis uma das razões: a falta de eficiência.

Li por alguma parte e tenho também comentado — mas já vão vários conselhos de ministros, várias etapas, e talvez algum de vocês ainda não me ouviu dizer isto, ou talvez vocês já o sabem melhor do que eu próprio —: uma equipa que não se comunique ou uma equipa que se comunique num nível muito baixo, não vai dar.

Necessitamos um nível de interação, de comunicação, de coordenação, de cruzamento de planos, de diagnóstico, de problemas, de ação conjunta.

É como uma guerra: o quê irá fazer a infantaria a sós, sem nós, os tanques? E que iríamos fazer os tanques sem a infantaria, ou a marinha sem o exército? Que faz o macho a sós ou a fémea a sós, ou a noite a sós ou o dia a sós, ou a raiz a sós ou as ramas a sós? Não somos nada sem integração na visão, no trabalho. Sem isto tudo, dificilmente o iremos conseguir.

Por isso, peço-lhes, a Nicolás agora que assumiu a vice-presidência, e aos ministros e às ministras que estão a chegar, aos que vão embora e aos que ficam, um esforço maior neste sentido. Vou também fazer a minha parte: maior relacionamento em todos os planos.

REFORÇAMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE MEIOS PÚBLICOS

Outra crítica. Espero que ninguém se sinta mal — não vou nomear ninguém — mas nestes dias, como sempre, estive a assistir a televisão. Vejo alguns programas do nosso canal, o canal de todos os venezuelanos, e continuamos aferrados àquilo que já passou, inclusive dando voz a quem já quase nem tem nada a dizer ao país, pondo vídeos onde fulano diz tal cousa. Será que isso é o mais importante neste momento? E a gestão do governo? Por que não fazer programas com trabalhadores? Onde haja autocrítica. Não tenhamos medo da crítica, nem da autocrítica. É isso que nos alimenta. Precisamos dela.

Imagino, por exemplo, a minha querida Vanessa na fábrica de Copelia, falando com mais tempo, com uns peritos, dedicando-lhe uma hora. Imagino o meu querido Mario lá na fábrica de Cerro Azul. Não importa que sejam as onze da noite, tanto faz, entrevistando trabalhadores, ouvindo, caminhando pola fábrica, vendo o cimento, mostrando-o.

Não chegam estas quatro horas aqui, um sábado. Isso requer um plano sistemático, permanente, continuado, etc. E não apenas no canal 8, não: em todos os canais. Eu vejo poucas vezes TVes, que tem bons documentários, e ViVe; mas acho que cada quem vai por seu lado. Verdadeiramente, não temos, embora falemos disso, um Sistema Nacional de Meios Públicos. Não temos mesmo.

Ernesto[9], converte-te tu no líder desse sistema. Cria-o. Vamos criá-lo. Que inclua, como sistema, finalmente, a sua ligação com outros sistemas ou subsistemas, meios comunitários, meios populares de comunicação, o caso da corneta com o cavalo que eu ponho, as televisões regionais, os jornais regionais, internacionais, Telesur. Porque, na atualidade, cada um vai polo seu lado. Essa é a verdade.

Tenho a certeza de que é isso o que acontece: não há um Sistema Nacional de Meios Públicos. Não o temos. Criemo-lo! Temos os instrumentos. Aquilo que precisamos é mais vontade e, talvez, provavelmente, mais capacidade. Atrevamo-nos. Façamo-lo. É necessário.

9 Ernesto Emilio Villegas Poljak, nomeado ministro do Poder Popular para a Comunicação e a Informação, de outubro de 2012 até agosto de 2013. N. dos T.

Esta edição foi rematada
em Vigo - Galiza
em 1 de março de 2014

EDITORA CONTRAPODER

mardeLumes
Comité Galego de Solidariedade Internacionalista





Levamos 500 anos aqui.
E nunca calaremos.

Hugo Chávez
1954-2013